

REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO CENTRO DE DIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

NORMA 1ª ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "altera" and a signature.

O Centro Social Rocha Barros tem a sua sede na freguesia de Góis, concelho de Góis, distrito de Coimbra – telefone: 235778032, Fax: 235778033, correio eletrónico: centro.rochabarros@hotmail.com, contribuinte: 501182560.

1. O Centro Social Rocha Barros é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Tem Estatutos aprovados pela Direção Geral de Segurança Social em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito Lei n.º 76/ 2015 de 28 de julho que promove a 1.ª alteração ao Decreto – Lei 172 – A/ 2014 de 14 de Novembro, que republica em anexo, com as devidas alterações, o Decreto – Lei n.º 119/ 83 de 25 de fevereiro que aprova os Estatutos das IPSS, aprovado pela Portaria nº 139 /2007 de 29 de janeiro. Que aprova o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social. O registo foi lavrado pelo averbamento nº 1 à inscrição nº 23/86, a folhas 41 e 41 verso do Livro nº 3 das Associações de Solidariedade Social efetuado em 18/01/2017.

2. A associação Centro Social Rocha Barros tem por objetivos a prestação de serviços no âmbito da Ação Social nomeadamente na área de habitação e da segurança social tendo á disposição da população os seguintes serviços e respostas sociais:

Bairro de habitação social com 10 fogos- Bairro Cristina Rodrigues;

Creche e Estabelecimento de Educação Pré-escolar;

Centro de Atividades de Tempos livres;

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;

Centro de Dia;

Serviço de Apoio Domiciliário.

3. O Centro Social Rocha Barros, tem acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, desde 01 de janeiro de 1982, para a resposta social de CENTRO DE DIA. Esta resposta social rege-se pelas seguintes normas:



NORMA 2ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O CENTRO DE DIA é uma resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar e rege-se pelo estipulado:

- a) Decreto – Lei n.º 172 -A/2014, de 14 de novembro que republica em anexo o Dec. Lei 119/83 de 25 de fevereiro que aprova o Estatuto das IPSS.
- b) Portaria 218-D/2015 de 15 de julho que procede à segunda alteração à Portaria 196-A/ 2015 de 1 de julho que define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e as IPSS's.
- c) Guião da DGAS de dezembro de 1996 – Condições de localização, instalação e funcionamento do Centro de Dia.
- d) Portaria 126 – A/2021 de 31 de dezembro que procede ao Decreto – Lei n.º 33/2014, de 4 de março - Que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional;
- e) Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário e Social
- f) Circulares de Orientação Técnica acordadas em sede de CNAAPAC;
- g) Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS.

NORMA 3ª DESTINATÁRIOS E OBJETIVOS,

1. São destinatários do CENTRO DE DIA as pessoas idosas que necessitem dos cuidados e serviços constantes na NORMA 4ª.

2. Constituem objetivos do CENTRO DE DIA:

- a) Prestação de serviços que satisfaçam necessidades básicas;
- b) Prestação de apoio psicossocial;
- c) Fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;



Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'B' and 'alia'.

NORMA 4ª **CUIDADOS E SERVIÇOS**

1. O CENTRO DE DIA assegura a prestação dos seguintes cuidados e serviços base:

- a) Refeições: Almoço (pequeno-almoço, almoço e lanche)
- b) Cuidados de Higiene Pessoal
- c) Tratamento de Roupas
- d) Convívio/Ocupação

2. O Centro de Dia desenvolvido pelo Centro Social Rocha Barros, pode desenvolver, além dos serviços base previstos no número anterior, serviços extra de apoio domiciliário.

- a) Jantar ou Reforço Alimentar.
- b) Higiene Habitacional.
- c) Outros:
 - Assegurar que a medicação, de acordo com a prescrição médica seja tomada, mesmo nos períodos da noite, feriados e fins de semana, sensibilizando para isso os familiares e/ou os voluntários.
 - Cuidados médicos e de enfermagem são da responsabilidade dos familiares ou do próprio utente; no entanto, os utentes do Centro de Dia, podem sempre utilizar os eventuais cuidados de enfermagem da Instituição, sempre que o desejarem ou quando, no centro de saúde, os mesmos não sejam prestados com urgência necessária.
- d) O transporte do utente do Centro de Dia, da sua residência para a Instituição e vice-versa, é feito pela Instituição.

CAPÍTULO II **PROCESSO DE ADMISSÃO DOS UTENTES**

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **
** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **

NORMA 5ª
CONDIÇÕES DE ADMISSÃO/ INSCRIÇÃO



São condições de admissão neste CENTRO DE DIA:

1. Estarem enquadrados nas condições referidas no n.º 1 da NORMA 3ª.

Para efeito de admissão, o utente deverá fazer a sua inscrição através do preenchimento de uma ficha de identificação que constitui parte integrante do processo do utente, devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega de cópias dos seguintes documentos:

- a) BI ou Cartão do Cidadão do utente e do representante legal, quando necessário;
- b) Cartão de Contribuinte do utente e do representante legal, quando necessário;
- c) Cartão de Beneficiário da Segurança Social do utente e do representante legal, quando necessário;
- d) Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde ou de Subsistema a que o utente pertença;
- e) Boletim de vacinas e relatório médico comprovativo da situação clínica do utente;
- f) Comprovativos dos rendimentos do utente e agregado familiar;
- g) Declaração assinada pelo utente ou seu representante legal em como autoriza a informatização dos dados pessoais para efeitos de elaboração do processo individual;

3. A ficha de identificação encontra-se disponível no Centro Social Rocha Barros e na página da internet, e os documentos probatórios referidos no número anterior deverão ser entregues à Diretora Técnica ou à Técnica de Serviço Social, no Centro Social Rocha Barros

4. Em caso de dúvida podem ser solicitados outros documentos comprovativos;

5. Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação do processo de inscrição e respetivos documentos probatórios, devendo ser, desde logo, iniciado o processo de obtenção dos dados em falta.

NORMA 6ª
CRITÉRIOS DE PRIORIDADE NA ADMISSÃO

São critérios de prioridade na admissão dos utentes, cuja pontuação se encontra à frente de cada critério, os seguintes:

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **
** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'B' and 'A'.

- a) Situação economicamente desfavorecida, 30;
- b) Situação de risco ou isolamento, 25;
- c) Ausência ou indisponibilidade da família para assegurar os cuidados necessários, 20;
- d) Incapacidade para satisfazer algumas das necessidades básicas, nomeadamente por motivos de saúde ou doença, 10.
- e) Desajustamento familiar e/ou exclusão, 10;
- f) Ser natural, residente ou ligado afetivamente à freguesia ou à Instituição, 5.

NORMA 7ª ADMISSÃO

1. Recebido o pedido de admissão, o mesmo é registado e analisado pelo Diretor/Coordenador Técnico deste estabelecimento/estrutura de prestação de serviços, a quem compete elaborar a proposta de admissão, quando tal se justificar. A proposta acima referida é baseada num relatório social que terá em consideração as condições e os critérios para admissão, constantes neste Regulamento;
2. A decisão da admissão é da competência da Direção após parecer da Técnica/ Direção Técnica.
3. Da decisão será dado conhecimento ao utente ou seu representante legal no prazo de 15 dias;
4. Após decisão da admissão do candidato, proceder-se-á à abertura de um processo individual, que terá por objetivo, permitir o estudo e o diagnóstico da situação, assim como a definição, programação e acompanhamento dos serviços prestados;
5. Em situações de emergência, a admissão será sempre a título provisório com parecer do Diretor/Coordenador Técnico e autorização da Direção, tendo o processo tramitação idêntica às restantes situações;
6. No ato de admissão são devidos os seguintes pagamentos (por exemplo a 1ª mensalidade);
7. Os utentes que reúnam as condições de admissão, mas que não seja possível admitir, por inexistência de vagas, ficam automaticamente inscritos e o seu processo arquivado em pasta própria não conferindo, no entanto, qualquer prioridade na admissão. Tal facto é comunicado ao candidato a utente ou seu representante legal.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Alia' and a large flourish.

NORMA 8ª **ACOLHIMENTOS DOS NOVOS UTENTES**

1.O Acolhimento dos novos utentes rege-se pelas seguintes regras:

- a) Definição dos serviços a prestar ao utente, após avaliação das suas necessidades;
- b) Apresentação da equipa prestadora dos cuidados e serviços;
- c) Reiteração das regras de funcionamento da resposta social em questão, assim como dos direitos e deveres de ambas as partes e as responsabilidades de todos os intervenientes na prestação do serviço, contidos no presente Regulamento;
- d) Definição e conhecimento dos espaços a utilizar na prestação dos cuidados e serviços;
- e) Elaboração, após 30 dias, do relatório final sobre o processo de integração e adaptação do utente, que será posteriormente arquivado no Processo Individual do utente;

2. Se, durante este período, o utente não se adaptar, deve ser realizada uma avaliação do programa de acolhimento inicial, identificando as manifestações e fatores que conduziram à inadaptação do utente; procurar que sejam ultrapassados, estabelecendo se oportuno, novos objetivos de intervenção. Se a inadaptação persistir, é dada a possibilidade, quer à instituição, quer ao utente, de rescindir o contrato.

NORMA 9ª **PROCESSO INDIVIDUAL DO UTENTE**

1. Do processo individual do utente consta:

- a) Identificação e contacto do utente;
- b) Data de início da prestação dos serviços;
- c) Identificação e contacto do familiar ou representante legal;
- d) Identificação e contacto do médico assistente;
- e) Identificação da situação social;
- f) Ficha clínica / relatório médico;
- g) Programação dos cuidados e serviços;
- h) Registo de períodos de ausências, bem como de ocorrência de situações anómalas;
- i) Cessação do contrato de prestação de serviços com indicação da data e motivo;
- j) Exemplar do contrato de prestação de serviços;

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **

** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **

2. O Processo Individual do utente, é arquivado em local próprio e de fácil acesso à coordenação técnica, garantindo sempre a sua confidencialidade;
3. Cada processo individual deve ser permanentemente atualizado.



B
Alra

CAPÍTULO III REGRAS DE FUNCIONAMENTO

NORMA 10ª HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

1. O Centro de Dia funciona todos os dias da semana, entre as 8.30 horas e as 18.00 horas.
2. Excecionalmente poderá funcionar Sábado e/ou Domingo de acordo com as necessidades e pedidos dos clientes.

Norma 11ª INSTALAÇÕES

Não há instalações afetas em exclusivo a esta valência sendo utilizadas as seguintes áreas:

- a) 1 Sala de Convívio/ ocupação;
- b) 1 Refeitório;
- c) Casas de Banho
- d) Gabinete de Serviço Social;
- e) Lavandaria;
- f) Cozinha;
- g) Secretaria;
- h) Gabinete Médico;
- i) Espaços envolventes.

NORMA 12ª CÁLCULO DO RENDIMENTO PER CAPITA

1. O cálculo do rendimento per capita do agregado familiar (RC) é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

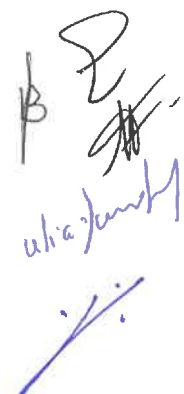
$$RC = \frac{RAF/12}{N} - D$$

Sendo que:

RC= Rendimento per capita

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **

** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'ulcia j...' and a large flourish.

RAF= Rendimento do agregado familiar (anual ou anualizado)

D= Despesas mensais fixas

N= Número de elementos do agregado familiar

2. Considera-se **agregado familiar** o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, afinidade, ou outras situações similares, desde que vivam em economia comum (esta situação mantém-se nos casos em que se verifique a deslocação, por período igual ou inferior a 30 dias, do titular ou de algum dos membros do agregado familiar e, ainda por período superior, se a mesma for devida a razões de saúde, escolaridade, formação profissional ou de relação de trabalho que revista carácter temporário), designadamente:

- a) Cônjuge, ou pessoa em união de facto há mais de 2 anos;
- b) Parentes e afins maiores, na linha reta e na linha colateral, até ao 3º grau;
- c) Parentes e afins menores na linha reta e na linha colateral;
- d) Tutores e pessoas a quem o utente esteja confiado por decisão judicial ou administrativa;
- e) Adotados e tutelados pelo utente ou qualquer dos elementos do agregado familiar e crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa ao utente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.

3. Para efeitos de determinação do montante de **rendimentos do agregado familiar** (RAF), consideram-se os seguintes rendimentos:

- a) Do trabalho dependente;
- b) Do trabalho independente – rendimentos empresariais e profissionais (no âmbito do regime simplificado é considerado o montante anual resultante da aplicação dos coeficientes previstos no Código do IRS ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e de serviços prestados);
- e) De pensões – pensões de velhice, invalidez, sobrevivência, aposentação, reforma ou outras de idêntica natureza, as rendas temporárias ou vitalícias, as prestações a cargo de companhias de seguro ou de fundos de pensões e as pensões de alimentos;
- f) De prestações sociais (exceto as atribuídas por encargos familiares e por deficiência);
- g) Bolsas de estudo e formação (exceto as atribuídas para frequência e conclusão, até ao grau de licenciatura)



Handwritten signature and initials in blue ink, including the word 'alicia' and a large flourish.

f) **Prediais** - rendas de prédios rústicos, urbanos e mistos, cedência do uso do prédio ou de parte, serviços relacionados com aquela cedência, diferença auferida pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio, cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis e a cedência de uso de partes comuns de prédios. Sempre que destes bens imóveis não resultar rendas ou que estas sejam inferiores ao valor Patrimonial Tributário, deve ser considerado como rendimento o valor igual a 5% do valor mais elevado que conste da caderneta predial atualizada, ou da certidão de teor matricial ou do documento que titule a aquisição, reportado a 31 de dezembro do ano relevante.

g) **De capitais** – rendimentos definidos no art.º 5º do Código do IRS, designadamente os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros. Sempre que estes rendimentos sejam inferiores a 5% do valor dos depósitos bancários e de outros valores mobiliários, do requerente ou de outro elemento do agregado, à data de 31 de dezembro do ano relevante, considera-se como rendimento o montante resultante da aplicação de 5%.

h) Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida)

4. Para efeito da determinação do montante de rendimento disponível do agregado familiar, consideram-se as seguintes **despesas fixas**:

a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;

b) O valor da renda de casa ou de prestação devida pela aquisição de habitação própria

c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona da residência;

d) As despesas com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;

e) Comparticipação nas despesas na resposta social ERPI relativo a ascendentes e outros familiares

NORMA 13ª **TABELA DE COMPARTICIPAÇÕES**

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and the word 'aliqui' written vertically.

1. A comparticipação familiar devida pela utilização dos serviços previstos na Norma 4ª é determinada em função da percentagem a aplicar sobre o rendimento per capita do agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela, não podendo ser superior a 60%:

Serviços Base		Dias Úteis	Dias Úteis + Fins de Semana	
Refeições	Almoço (Pequeno Almoço, Almoço e Lanche)	35%	45%	
		1 x semana	2 x semana	3 ou + x semana
Cuidados de Higiene Pessoal		5%	10%	20%
Tratamento de Roupas		5%		
Serviços Extra		Dias Úteis	Dias Úteis + Fins de Semana	
Refeições	Jantar	25%	30%	
	Reforço Alimentar	10%	10%	
	Almoço + Jantar	45%	50%	
	Almoço + Reforço Alimentar	40%	45%	
		1 x semana	2 x semana	3 ou + x semana
Higiene Habitacional		5%	10%	20%
Outros*		5%		
Convívio/Ocupação		Gratuito	Gratuito	
Transporte de/para IPSS		Gratuito	Gratuito	

*Estes serviços são os que a que se refere a alínea c) e d) do nº 2 da Norma 4ª.

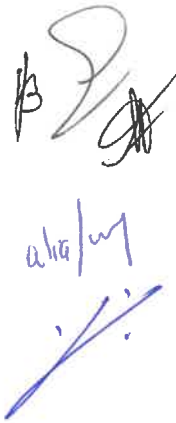
2. A comparticipação do mês de entrada do utente é de acordo com a data de admissão, se entrar até ao dia 15, o montante a pagar é no valor total da mesma. Caso seja admitido após o dia 15, o montante a pagar é metade do valor total da comparticipação.

3. O serviço "Jantar" e o reforço alimentar podem ser em modo Take Away, ou seja, os utentes podem levar a refeição aquando do regresso a casa no final do dia.

4. O serviço Convívio/Ocupação é prestado de forma gratuita.

5. Ao somatório das despesas referidas em c), d) e e) do n.º 4 da NORMA 12ª é estabelecido como limite máximo do total da despesa o valor correspondente à RMMG; nos casos em que essa soma seja inferior à RMMG, é considerado o valor real da despesa;

6. Quanto à prova dos rendimentos do agregado familiar:



- a) É feita mediante a apresentação da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação ou outro documento probatório;
- b) Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimentos, ou a falta de entrega dos documentos probatórios, a Instituição convencionou um montante de participação até ao limite da participação familiar máxima;

7. A prova das **despesas fixas** é feita mediante apresentação dos documentos comprovativos.

8. Em caso de alteração à tabela em vigor será feita uma adenda ao regulamento interno.

NORMA 14ª **MONTANTE E REVISÃO DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

1. A participação familiar máxima não pode exceder o custo médio real do utente, no ano anterior, calculado em função do valor das despesas efetivamente verificadas no ano anterior, atualizado de acordo com o índice de inflação;
2. Considerando o rendimento *per capita* mensal, a percentagem máxima a aplicar sobre o rendimento per capita para apuramento da participação familiar devida pela utilização desta resposta social e de acordo com os serviços prestados, não pode exceder os 60%, conforme o nº 11.3.1 do Anexo à Portaria nº218-D/2015 de 15 de julho.
3. Se a soma das percentagens dos serviços requisitados ultrapassar o limite mencionado na alínea anterior, a percentagem total é reduzida até ao mesmo limite, 60%.
4. Haverá lugar a uma redução de 10%, da participação familiar mensal, quando o período de ausência, devidamente fundamentado, exceder 15 dias seguidos;
5. As participações familiares são revistas anualmente no início do ano civil, ou sempre que ocorram alterações, designadamente no rendimento per capita e nos cuidados e serviços a prestar.

NORMA 15ª **PAGAMENTO DE MENSALIDADES**

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **
** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **

1. O pagamento das mensalidades é efetuado até ao dia 10 do mês a que respeita, na secretaria do Centro Social Rocha Barros;
2. O pagamento de outras atividades/serviços ocasionais e não contratualizados é efetuado, ou previamente, ou no período imediatamente posterior à sua realização.
3. Perante ausências de pagamento superiores a sessenta dias, a Instituição poderá vir a suspender a permanência do utente até este regularizar as suas mensalidades.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and the name 'Alia' written vertically on the left side.

CAPÍTULO IV
DA PRESTAÇÃO DOS CUIDADOS E SERVIÇOS
NORMA 16ª
Refeições

A equipa de Centro de Dia é coordenada pela Técnica de Serviço Social nos serviços seguintes:

- a) Refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche)
- b) Cuidados de Higiene Pessoal
- c) Tratamento de Roupas
- d) Convívio/Ocupação;

NORMA 17ª
Convívio / Ocupação

1. Aos utentes é disponibilizado um programa de atividades socioculturais, lúdicas e recreativas, de motricidade e de estimulação cognitiva comum a todos, mas com ajustamentos individuais, consoante as necessidades e interesses de cada um;
2. O desenvolvimento de passeios ou deslocações, é da responsabilidade do Técnico de Serviço Social, que comunica, através dos colaboradores, a organização de atividades, nas quais os utentes do CENTRO DE DIA podem ser incluídos;
3. Os passeios poderão ser gratuitos ou ser devida uma comparticipação, devendo tal situação ser previamente informada aos utentes;
4. A autorização dos familiares ou responsáveis dos utentes é sempre necessária, quando estes não sejam hábeis para o fazer, para a realização de passeios ou deslocações em grupo.

5. Durante os passeios os utentes são sempre acompanhados por colaboradores da Instituição.

NORMA 18ª **Refeições**

1. As refeições do Centro Social Rocha Barros, na valência de CENTRO DE DIA, são servidas no refeitório de acordo com o horário:

- a) Almoço: 12:00h
- b) Lanche: 16:00h

2. O serviço de refeições consiste no fornecimento de almoço e lanche;

3. Poderá ser servido o jantar e o pequeno almoço, considerado neste caso como um serviço suplementar;

4. A ementa semanal é afixada em local visível e adequado, elaborada com o devido cuidado nutricional e adaptada aos utentes desta resposta social;

5. As dietas dos utentes, sempre que prescritas pelo médico, são de cumprimento obrigatório.

NORMA 19ª **CUIDADOS DE HIGIENE PESSOAL**

O serviço de higiene pessoal baseia-se na prestação de cuidados de higiene corporal e de conforto, nomeadamente o banho assistido, com a periodicidade a estabelecer de acordo com as necessidades do utente.

NORMA 20ª **TRATAMENTO DA ROUPA**

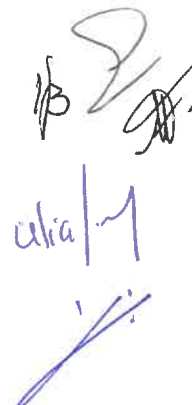
As roupas consideradas neste serviço são as de uso pessoal, de cama e casa de banho, exclusivas do utente.

NORMA 21ª **PRODUTOS DE APOIO À FUNCIONALIDADE E AUTONOMIA**

Nas situações de dependência que exijam o recurso a ajudas técnicas (fraldas, camas articuladas, cadeiras de rodas, andarilhos e outros) o CENTRO DE DIA pode providenciar a sua aquisição ou empréstimo, embora este tipo de apoios não esteja incluído no valor da participação, devendo ser informado o utente do valor acrescido deste tipo de ajuda.

** Bairro Verde n.º4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **

** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alia' and a large signature.



CAPÍTULO V RECURSOS HUMANOS

NORMA 22ª PESSOAL

1. O Quadro de pessoal deste estabelecimento/estrutura prestadora de serviço encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direção técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar e voluntários), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor.
2. O Quadro de pessoal da Valência CENTRO DE DIA encontra-se afixado em lugar visível, contendo o número de recursos humanos

NORMA 23ª DIREÇÃO/COORDENAÇÃO TÉCNICA

1. A Direção/Coordenação Técnica do CENTRO DE DIA compete a um técnico, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.
 - a) A Direção Técnica é assegurada pela Técnica Superior de Serviço Social, formada na área das Ciências Sociais.
 - b) À Diretora Técnica cabe a responsabilidade de orientar a valência, sendo responsável perante a Direção, pelo funcionamento geral da mesma.
 - c) A Diretora Técnica e restantes técnicas devem ser substituídas, nas suas ausências e impedimentos por um funcionário ou membro da Direção, escolhido pelo Presidente da Direção.

À Diretora Técnica compete:

Dirigir o serviço, assumindo a responsabilidade pela sua organização, planificação, execução, controlo e avaliação;

- a) Providenciar para que a alimentação seja confeccionada e servida nas melhores condições;
- b) Solicitar aos serviços competentes, nomeadamente à Segurança Social, informação / esclarecimentos de natureza técnica, inerentes ao funcionamento, tendo em vista a sua melhoria;



- c) Promover reuniões de trabalho com o pessoal, dispensando especial atenção à questão do relacionamento interpessoal prevenindo situações de conflito;
- d) Participar nas reuniões de Direção quando forem tratados assuntos relativos ao funcionamento do estabelecimento;
- e) Propor à Direção a admissão de pessoal, sempre que o bom funcionamento do serviço o exija;
- f) Participação na seleção do pessoal a admitir;
- g) Promover a formação e atualização do pessoal tendo em vista o desempenho das respetivas funções;
- h) Sensibilizar os funcionários face às problemáticas dos clientes;
- i) Zelar pela aplicação efetiva do Regulamento Interno;
- j) Propor á Direção a aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da valência.

À Técnica de Serviço Social compete:

- a) Estudar a situação socioeconómica e familiar dos candidatos à admissão, recorrendo obrigatoriamente, à visita domiciliária;
- b) Estudar a comparticipação do utente, de acordo com os critérios definidos;
- c) Organizar e manter atualizado o processo individual de cada utente (apenas o pessoal técnico deve ter acesso a este ficheiro);
- d) Fomentar e reforçar as relações entre os utentes, os familiares, os amigos e a comunidade em geral;
- e) Proceder ao acolhimento dos utentes com vista a facilitar a sua integração;
- f) Autorizar as admissões urgentes dos utentes em risco, a título provisório submetendo-as á aprovação da Direção;
- g) Promover a humanização dos serviços prestados pela Instituição;
- h) Proceder á identificação e acompanhamento de "casos sociais".

À Animadora compete:

- a) Elaborar, em outubro do ano anterior, o plano anual de atividades com a participação de outros técnicos e dos próprios clientes e a sua conjugação com as outras valências da Instituição;
- b) Desempenhar a sua atividade junto dos Idosos com vista á sua ocupação, proporcionando-lhes ambiente adequado e atividades de carácter lúdico e recreativo;



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'B', 'a/a', and 'M'.

- c) Incentivar a organização de atividades abertas á comunidade, fomentando o intercâmbio de instituições, sobretudo a nível de concelho, sob orientação da Técnica superior de Serviço Social;
- d) Desenvolver atividades cujo objetivo seja manter as capacidades funcionais e cognitivas dos idosos, estimulados pela atividade física, mental e de expressão artística ou artesanal, nomeadamente entretenimento e animação (festas, feiras e passeios), das quais devem ser organizados registos, tais como álbuns de fotografias, vídeos, filmes ou outros;
- e) As atividades serão organizadas na Instituição e ao ar livre no Parque de Lazer do Cerejal – Góis. O horário das atividades será das 10.00horas às 11:30horas e das 14:30horas às 16:00horas.

À Ajudante de Ação Direta compete:

- 1. Trabalhar diretamente com os utentes, quer individualmente, quer em grupo, tendo em vista o seu bem-estar, pelo que executa a totalidade ou parte das seguintes tarefas:
 - a) Receber os utentes e fazer a sua integração no período inicial de utilização dos equipamentos ou serviços;
 - b) Proceder ao acompanhamento dos utentes, dentro e fora dos estabelecimentos e serviços, guiando-os, auxiliando-os, estimulando-os através da conversação, detetando os seus interesses e motivações e participando na ocupação de tempos livres;
 - c) Assegurar a alimentação regular dos utentes;
 - d) Recolher e cuidar dos utensílios e equipamentos utilizados nas refeições;
 - e) Prestar cuidados de higiene e conforto aos utentes e colaborar na prestação de cuidados de saúde que não requeiram conhecimentos específicos, nomeadamente, aplicando cremes medicinais, executando pequenos pensos e administrando medicamentos, nas horas prescritas e segundo as instruções recebidas;
 - f) Reportar à instituição ocorrências revelantes no âmbito das funções exercidas;
 - g) Conduzir, se habilitado, as viaturas da instituição.

À Auxiliar de Serviços Gerais compete:

- a) Proceder à limpeza e arrumação das instalações;
- b) Assegurar o transporte de alimentos e outros artigos;
- c) Servir refeições aos clientes

- d) Colaborar na prestação de cuidados de higiene aos clientes;
- e) Desempenhar funções de estafeta e proceder á distribuição de correspondência;
- f) Desempenhar outras tarefas não específicas que se enquadrem no âmbito da sua categoria profissional.

Handwritten notes and signatures:
B
A.
alia / 7
/

À Cozinheira Chefe compete:

- a) Preparar, temperar e cozinhar os alimentos destinados às refeições;
- b) Elaborar ou contribuir para a elaboração das ementas;
- c) Receber os produtos necessários para a confeção das refeições e providenciar á sua conservação;
- d) Amanhar o peixe, preparar os legumes e a carne e proceder á execução das operações culinárias;
- e) Empratar e guarnecer;
- f) Confeccionar os doces destinados às refeições;
- g) Executar e zelar pela limpeza da cozinha e dos utensílios;
- h) Apresentar superiormente a listagem do material necessário á confeção das refeições.

À Ajudante de Cozinheira compete:

- a) Trabalhar sob as ordens da cozinheira auxiliando-a na execução das tarefas;
- b) Limpar e cortar legumes, carne, peixe ou outros alimentos;
- c) Preparar guarnições para os pratos;
- d) Executar e colaborar nos trabalhos de arrumação e limpeza da sua secção;
- e) Colaborar no serviço de refeitório.

À Lavadeira compete:

- a) Proceder à lavagem manual ou mecânica das roupas de serviço e dos utentes;
- b) Estender e apanhar a roupa;
- c) Engomar e arrumar roupa
- d) Assegurar outros trabalhos de lavandaria.

À Técnica de Saúde compete:

- a) Preparar, distribuir e ministrar a medicação aos utentes de acordo com as orientações do médico;
- b) Supervisionar as Auxiliares de Ação Direta no que respeita a posicionamento, mobilização e transferência dos Clientes;
- c) Fazer controlo de Glicémia;
- d) Administrar Insulina;
- e) Fazer colheita de produtos biológicos;
- f) Elaborar ementas;
- g) Controlar Dietas Específicas;
- h) Organizar todas as consultas e a necessidade de realizar meios auxiliares de Diagnóstico dos Clientes.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the word 'Alia' and a large flourish.

CAPÍTULO VI DIREITOS E DEVERES

NORMA 24^a DIREITOS E DEVERES DOS CLIENTES

1. São direitos dos clientes:

- a) O respeito pela sua identidade pessoal e reserva de intimidade privada e familiar, bem como pelos seus usos e costumes;
- b) Ser tratado com consideração, reconhecimento da sua dignidade e respeito pelas suas convicções religiosas, sociais e políticas;
- c) Obter a satisfação das suas necessidades básicas, físicas, psíquicas e sociais, usufruindo do plano de cuidados estabelecido e contratado;
- d) Ser informado das normas e regulamentos vigentes;
- e) Gerir os seus rendimentos e bens com o apoio da Instituição, sempre que possível e necessário e quando solicitado pelo mesmo;
- f) Participar em todas as atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
- g) Ter acesso à ementa semanal, sempre que os serviços prestados envolvam o fornecimento de refeições;

- h) A guarda da chave do seu domicílio em local seguro, sempre que esta seja entregue aos serviços, ou à funcionária responsável pela prestação de cuidados;
- i) A inviolabilidade da correspondência e do domicílio, não sendo, neste caso, permitido fazer alterações, nem eliminar bens ou outros objetos sem a sua prévia autorização e/ou da respetiva família;
- j) Apresentar reclamações e sugestões de melhoria do serviço aos responsáveis da Instituição;
- k) À articulação com todos os serviços da comunidade, em particular com os da saúde



2. São deveres dos clientes:

- a) Colaborar com a equipa do CENTRO DE DIA na medida das suas capacidades, não exigindo a prestação de serviços para além do plano estabelecido e contratualizado (se houver novas necessidades, pode justificar-se a revisão do contrato de prestação de serviços);
- b) Tratar com respeito e dignidade os funcionários do CENTRO DE DIA e os dirigentes da Instituição;
- c) Cuidar da sua saúde e comunicar a prescrição de qualquer medicamento que lhe seja feita;
- d) Participar na medida dos seus interesses e possibilidades, nas atividades desenvolvidas;
- e) Proceder atempadamente ao pagamento da mensalidade, de acordo com o contrato previamente estabelecido.
- f) Observar o cumprimento das normas expressas no Regulamento Interno do CENTRO DE DIA, bem como de outras decisões relativas ao seu funcionamento;
- g) Comunicar por escrito à Direção, com 15 dias de antecedência, quando pretender suspender o serviço temporária ou definitivamente;

Norma 25ª DEVERES DOS TRABALHADORES

São deveres dos trabalhadores:

1. Respeitar e tratar com urbanidade a Instituição, seus representantes e utentes, os superiores hierárquicos, os companheiros de trabalho e as demais pessoas que entrem em relação com a Entidade Patronal;
2. Comparecer ao Serviço com assiduidade e realizar o trabalho com zelo e diligência;
3. Obedecer aos superiores hierárquicos em tudo em que respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que as ordens e instruções daquela se mostrarem contrárias aos seus direitos e garantias;
4. Guardar lealdade à instituição, nomeadamente não divulgando informações que violem a privacidade daquela ou seus utentes;
5. Zelar pela conservação e boa utilização de bens da instituição, particularmente dos que lhe estiverem confiados;
6. Manter e aperfeiçoar permanentemente as aptidões profissionais, designadamente, participando com interesse nas ações de formação que lhe forem proporcionadas pela instituição;
7. Cumprir e fazer cumprir as normas de higiene e Segurança no trabalho
8. Contribuir para maior eficiência nos serviços da instituição de modo a assegurar o seu bom funcionamento.




Norma 26ª
DIREITOS DOS TRABALHADORES

São direitos dos Trabalhadores:

1. Receber a respetiva remuneração correspondente ao seu trabalho;
2. Receber formação, visando a melhoria do seu desempenho;
3. Beneficiar de um seguro contra acidentes trabalho que o proteja contra riscos e eventualidades que possam ocorrer durante e devida à sua atividade profissional;
4. A não ser pressionado para que atue no sentido de influir desfavoravelmente nas suas próprias condições de trabalho ou nas dos respetivos colegas;
5. A não baixar de categoria profissional, salvo nos casos previstos por lei;
6. A serem respeitados os seus princípios deontológicos e/ou os limites de autonomia técnica no seu exercício profissional;
7. A não ser ofendido na sua honra e dignidade profissional, não devendo ser advertido, admoestado ou censurado publicamente;
8. A não sofrer sanções por exercer atividade sindical.

NORMA 27ª
DIREITOS E DEVERES DA INSTITUIÇÃO



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading 'B' and 'alta H'.

São direitos da Instituição:

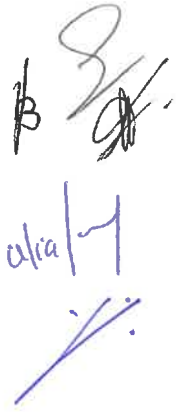
- a) Ver reconhecida a sua natureza particular e, conseqüentemente, o seu direito de livre atuação e a sua plena capacidade contratual;
- b) À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
- c) Proceder à averiguação dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas pelo utente e/ou familiares no ato da admissão;
- d) Fazer cumprir com o que foi acordado no ato da admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;
- e) Ao direito de suspender este serviço, sempre que os utentes, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos, ou ainda, o relacionamento com terceiros e a imagem da própria Instituição;

São deveres da Instituição:

- a) Respeito pela individualidade dos utentes proporcionando o acompanhamento adequado a cada e em cada circunstância;
- b) À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
- c) Proceder à averiguação dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas pelo utente e/ou familiares no ato da admissão;
- d) Fazer cumprir com o que foi acordado no ato da admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;

NORMA 28ª
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. É celebrado, por escrito, contrato de prestação de serviços com o cliente e ou seus familiares e, quando exista com o representante legal, donde constem os direitos e obrigações das partes.
2. Do contrato é entregue um exemplar ao cliente ou representante legal ou familiar e arquivado outro no respetivo processo individual.
3. Qualquer alteração ao contrato é efetuada por mútuo consentimento e assinada pelas partes.
4. O contrato, nomeadamente quanto à comparticipação mensal, é revisto sempre que existam alterações a qualquer cláusula do mesmo.



NORMA 29ª
INTERRUPÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POR INICIATIVA DO CLIENTE

1. Quando o cliente vai de férias, a interrupção do serviço deve ser comunicada pelo mesmo, com 8 dias de antecedência;
2. Haverá lugar a uma redução de 10% da comparticipação familiar mensal, quando o período de ausência devidamente fundamentado exceder 20 dias seguidos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

NORMA 30ª
MAUS - TRATOS FUNCIONÁRIA – CLIENTE

As pessoas que frequentam a valência de CENTRO DE DIA são particularmente vulneráveis aos maus tratos, uma vez que se encontram frequentemente numa situação de fragilidade e dependência. Como Instituição que presta cuidados sociais, o Centro Social Rocha Barros procura identificar sinais e sintomas de maus tratos nos idosos, de forma a agir para lhes por termo e responsabilizar os seus autores.

Prevenção de maus tratos:

- 1- Vencer os preconceitos em relação aos Clientes;
- 2- Reconhecer que pessoas diferentes geram empatias diferentes e que personalidades diferentes não devem constituir um problema. Ou seja, devemos estar conscientes de que

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **

** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **

essas preferências interferem com o nosso desempenho profissional e que, por isso, devemos esforçar-nos por controlá-las, impedindo que prejudiquem a qualidade do serviço que prestamos;

- 3- Não devemos confundir simpatias pessoais – ou falta delas – com preconceitos;
- 4- Motivar os cuidadores a frequentar ações de formação nas áreas de geriatria e gerontologia;
- 5- Dar conhecimento aos idosos e aos seus cuidadores dos direitos dos clientes;
- 6- Implementar uma política de tolerância zero em relação aos maus tratos;
- 7- Incentivar que todos denunciem situações de maus tratos, sem risco de haver retaliação;
- 8- Facilitar a comunicação entre cuidadores.

B
Ara H

Identificar situações de maus tratos:

Identificar o tipo de maus tratos, que podem ser físicos, sexuais, psicológicos ou financeiros. Cada um apresenta sinais e sintomas característicos:

Físicos – ferimentos, fraturas, queimaduras, equimoses, golpes ou marcas de dedos, marcas de estar amarrado, medicação excessiva ou insuficiente, má nutrição ou desidratação sem causa clínica aparente, falta de higiene;

Sexuais – alterações do comportamento sexual, alterações bruscas de humor, agressividade, depressão, automutilação, dores abdominais, hemorragias vaginais ou rectais, infeções genitais frequentes, equimoses na região mamária ou genital, roupa interior rasgada ou com manchas, nomeadamente de sangue;

Psicológicos – alteração dos hábitos alimentares, perturbações do sono, medo, confusão, resignação excessiva, apatia, depressão, desespero, angústia, tentativa de evitar contactos físicos, o olhar ou a comunicação, tendência para o isolamento;

Financeiros – mudanças repentinas na forma de gerir os seus bens; alteração inesperada de um testamento; desaparecimento de joias e outros bens; transações suspeitas na conta bancária; falta de meios de conforto, apesar das possibilidades; falta ou insuficiência de recurso a cuidados de saúde, que meios financeiros próprios possibilitam ou facilitam.

Como agir perante alguém que se queixa de maus tratos:

- 1- Ouça o Cliente com toda a atenção e confirme tudo o que lhe disse, a fim de verificar se percebeu corretamente o que lhe contou;

- 2- Faça perguntas que deem ao Cliente a possibilidade de relatar tudo o que aconteceu; evite questões cuja resposta seja "sim" ou "não"; só assim poderá obter uma perspetiva global dos acontecimentos;
- 3- Mostre que acredita nos factos;
- 4- Explique ao Cliente que a situação tem de ser comunicada à Diretora Técnica e à Direção da Instituição;
- 5- Explique ao Cliente que, eventualmente, mais pessoas terão que tomar conhecimento da situação, mas apenas indispensáveis para garantir a sua segurança;
- 6- Assegure ao Cliente que tudo o que ouviu será tratado de forma confidencial e com todo o respeito;
- 7- Depois de ouvir todas as partes em separado (vítima, agressor e testemunhas) escrever toda a informação na folha de ocorrência que consta do processo individual de cada Cliente;
- 8- Prestar todos os cuidados de saúde necessários, nomeadamente consulta médica e psicólogo;
- 9- Sempre que as ocorrências transcendam o poder de resolução da Instituição, encaminhar os casos mais graves para as autoridades competentes.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the initials 'RB' and a signature.

Norma 31ª

METODOLOGIA - MAUS TRATOS

Perante alguém que se queixa de maus – tratos o Centro Social Rocha Barros como Instituição procura agir de maneira a pôr-lhes termo e responsabilizar os seus autores, através de meios que lhe possibilitem chegar a conclusões, tais como:

- a) Saber quais os intervenientes: vítima, agressor e possíveis testemunhas, e ouvi-las em separado.
- b) Ouvir o Cliente com atenção.
- c) Fazer perguntas para que o Cliente possa explicar claramente o que aconteceu evitando respostas de "sim" ou "não".
- d) Explicar ao Cliente que a situação tem de ser comunicada à Direção da Instituição.
Explicar ao Cliente que o assunto será confidencial e que familiares ou responsável por ele (se for o caso) terá conhecimento.
- e) Depois de ouvir todas as pessoas fazer registo na folha de ocorrências existente no processo individual do Cliente.
- f) Assegurar todos os cuidados de saúde médicos ou psicológicos, caso seja necessário.

** Bairro Verde nº4 3330 – 240 Góis ** Tel. 235778032 Fax. 235778033 **

** Email: centro.rochabarros@hotmail.com **

g) Sempre que não seja possível resolver a situação internamente, a Instituição deve encaminhar os casos para as autoridades competentes.



Norma 32ª
MAUS- TRATOS CLIENTE-CLIENTE

Perante uma situação de maus – tratos deve-se:

- a) Saber quem são os intervenientes.
- b) Tentar acalmar os intervenientes.
- c) Saber qual a causa que despoletou o incidente.
- d) Ouvir os residentes em separado e explicar que esse tipo de comportamento é inadmissível.
- e) Ouvi-los em conjunto para chegar a consenso e tentar o entendimento entre os dois.
- f) Assegurar que tal procedimento não voltará a repetir-se
- g) Informar que a Direção da Estrutura Residencial vai ter conhecimento do sucedido.
- h) Relembrar as regras para o bom funcionamento da vida em comum na Estrutura Residencial e que têm de ser cumpridas.
- i) Assegurar todos os cuidados de saúde, médicos ou psicológicos que forem necessários.
- J) Informar os familiares / responsáveis dos intervenientes do sucedido.

NORMA 33ª
MAUS-TRATOS CLIENTE- FUNCIONÁRIA

Perante uma situação de maus – tratos deve-se:

- a) Tentar acalmar os intervenientes.
- b) Ouvir em separado e com atenção os intervenientes.
- c) Saber o motivo que provocou a situação.
- d) Assegurar todos os cuidados de saúde médicos ou psicológicos, caso seja necessário.
- e) Explicar ao residente a gravidade da situação.
- f) Comunicar aos familiares / responsável do residente o sucedido.
- g) Comunicar á Direção da Estrutura Residencial a ocorrência.
- h) Registrar na folha de ocorrências existente no processo individual do residente, o sucedido.

i) Lembrar as regras para o bom funcionamento da vida em comum na Estrutura Residencial e que têm de ser cumpridas.

j) Lembrar que atitudes semelhantes estão sujeitas a sanções e que não podem voltar a repetir-se.

RB
ata / M
/

Norma 34ª
METODOLOGIA PARA A GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

- a) As reclamações podem ser apresentadas por escrito ou verbalmente.
- b) As reclamações poderão ser rececionadas na secretaria, junto da direção Técnica, -junto dos responsáveis pelas respostas sociais ou junto da Direção.
- c) Efetuada a reclamação ela é registada internamente.
- d) Uma vez recebida e registada a reclamação, a equipa Técnica e um membro da Direção procede à sua análise.
- e) Após analisar o conteúdo das mesmas é dada resposta ao reclamante no mais curto espaço de tempo, indicando as respetivas medidas corretivas, se as houver.

CAPÍTULO VIII
OCORRÊNCIAS

NORMA 35ª
LIVRO DE REGISTO DE OCORRÊNCIAS

Este serviço dispõe de Livro de Registo de Ocorrências, que servirá de suporte para quaisquer incidentes ou ocorrências que surjam no funcionamento desta resposta social;

Norma 36ª
LIVRO DE RECLAMAÇÕES

Nos termos da Legislação em vigor, este Estabelecimento/ Serviço possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado junto da Direção, Diretora Técnica ou na Secretaria da Instituição.

**CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES**

**NORMA 37ª
ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO**

Nos termos de legislação em vigor, a Direção deverá informar e contratualizar com os clientes ou o seu representante legal as alterações introduzidas ao presente regulamento e comunicar ao Instituto de Segurança Social, I. P. com a antecedência mínima de 30 dias relativamente á data da sua entrada em vigor.

O Regulamento Interno será enviado via e-mail ao utente ou seu representante legal, excecionalmente será entregue cópia.

**NORMA 38ª
INTEGRAÇÃO DE LACUNAS**

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela entidade proprietária do estabelecimento/serviço, tendo em conta a legislação / normativos em vigor sobre a matéria.

**NORMA 39ª
FORO COMPETENTE**

O foro competente para a resolução de eventuais litígios é o tribunal da Comarca de Arganil.

**NORMA 40ª
ENTRADA EM VIGOR**

O Presente Regulamento entra em vigor em 23, setembro 2022

**NORMA 41ª
APROVAÇÃO E REVISÃO**

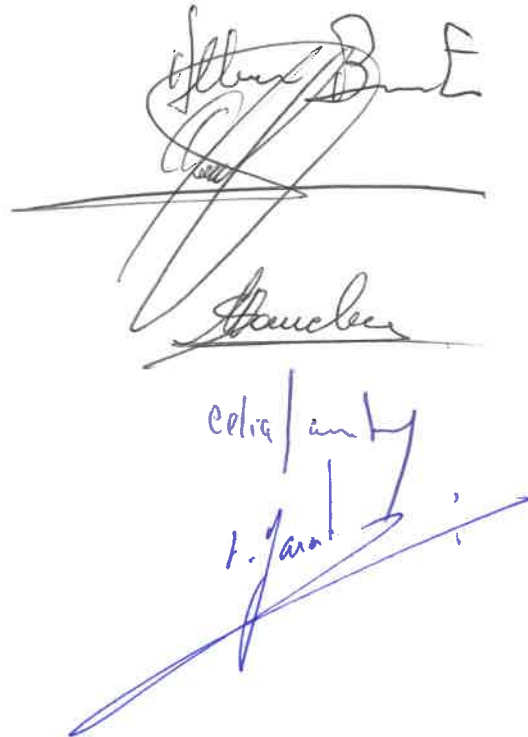
É da responsabilidade da Direção do Centro Social Rocha Barros, proceder à aprovação e revisão deste documento de modo a garantir o cumprimento das regras do funcionamento e objetivos do CENTRO DE DIA



Aprovado por unanimidade em reunião de Direção do Centro Social Rocha Barros aos

15, julho, 2022

A Direção



Handwritten signatures of the board members, including names like "Alberto B... E", "Haucler", "celia/amy", and "t. jara".